

**CONSELHO REGIONAL DE
FARMÁCIA DE MINAS GERAIS –
CRFMG**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023**



ADVOGADO

Tarde

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



INSTITUTO
CONSULPLAN

CARGO: ADVOGADO

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para responder às questões 01 e 02.

Com o passar dos meses, as medidas para evitar a propagação da Covid-19 foram sendo endurecidas ou flexibilizadas em diferentes partes do mundo segundo o aumento ou a diminuição dos casos locais.

Enquanto muitos países da Europa estão voltando a restringir atividades sociais e determinando isolamentos após registrarem aumentos recordes de casos, a Nova Zelândia, por exemplo, passou ao seu nível de alerta mais baixo.

No entanto, essa estratégia para lidar com o coronavírus é, na opinião de diversos cientistas, limitada demais para deter o avanço da doença.

“Todas as nossas intervenções se concentraram em cortar as rotas de transmissão viral para controlar a disseminação do patógeno”, escreveu recentemente em um editorial *Richard Horton*, editor-chefe da prestigiosa revista científica *The Lancet*.

Mas a história de Covid-19 não é tão simples.

Por um lado, diz *Horton*, existe o SARS-CoV-2 (o vírus que causa a doença Covid-19) e, por outro, uma série de doenças não transmissíveis. E esses dois elementos interagem em um contexto social e ambiental caracterizado por profunda desigualdade social.

Essas condições, argumenta *Horton*, exacerbam o impacto dessas doenças e, portanto, devemos considerar a Covid-19 não como uma pandemia, mas como uma sindemia.

Não é uma simples mudança de terminologia: entender a crise de saúde que vivemos a partir de um quadro conceitual mais amplo abre caminho para encontrar soluções mais adequadas.

(BBC News Brasil. Covid-19 não é pandemia, mas sindemia: o que essa perspectiva científica muda no tratamento. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54493785>. Acesso em: 18/10/2021. Fragmento.)

Questão 01

Considerando os elementos constitutivos de um texto jornalístico, infere-se que o autor teve como objetivo

- A) criar suspense e despertar temor no leitor.
- B) expor o conceito de sindemia, a partir de um contexto social e ambiental.
- C) induzir o leitor a pensar que a pandemia de Covid-19 é uma sindemia.
- D) influenciar a opinião dos leitores sobre o tema, com as marcas argumentativas de seu posicionamento.

Questão 02

Considere o período a seguir, retirado do texto: “Todas as nossas intervenções se concentraram em cortar as rotas de transmissão viral para controlar a disseminação do patógeno [...]” (4º§). Em relação ao período, assinale a afirmativa correta.

- A) A preposição em tem valor semântico de fim, destinação.
- B) O pronome oblíquo átono se está em próclise obrigatória.
- C) O período é composto por três orações subordinadas substantivas.
- D) O pronome oblíquo átono se exerce função sintática de complemento verbal.

Texto para responder às questões 03 e 04.

Art. 1º É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Art. 2º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

(BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Estatuto do Idoso. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.compilado.htm. Acesso em: 14/04/2023. Fragmento.)

Questão 03

Conforme o Art. 10 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, os textos legais serão articulados com observância a alguns princípios, dentre os quais um que orienta o desdobramento dos artigos. Caso algum dos artigos da lei citada precisasse se desdobrar, qual seria a sequência correta?

- A) Parágrafos, incisos e alíneas.
- B) Parágrafos, alíneas e incisos.
- C) Incisos, parágrafos e alíneas.
- D) Incisos, alíneas e parágrafos.

Questão 04

Existem razões específicas para o uso do acento grave representativo da crase. No texto,

- A) todas as ocorrências de crase se dão pelo mesmo motivo.
- B) todas as ocorrências de crase se dão por motivos distintos.
- C) apenas duas ocorrências de crase se dão pelo mesmo motivo.
- D) apenas duas ocorrências de crase se dão por motivos distintos.

Questão 05

Manchete

Todos os dias o jornal surgia por baixo da porta, exatamente na mesma hora. Um dia, um bilhete escrito em letras grandes pelo zelador: A CHUVA MOLHOU AS NOTÍCIAS.

(SANCO, Bárbara. Manchete. Disponível em: <https://portuguesvillare.webnode.com.br/minicontos/>. Acesso em: 12/04/2023.)

Dentre os vários recursos coesivos existentes na língua portuguesa, os sinais de pontuação são elementos que contribuem para a progressão temática dos textos. Nesse miniconto, os dois pontos exercem a função de

- A) eliminar uma ideia.
- B) assinalar uma hesitação na fala.
- C) indicar uma informação implícita.
- D) introduzir uma situação incoerente.

Questão 06



(Disponível em: <https://www.uol.com.br/laerte/tiras>. Acesso em: 12/04/2023. Adaptado.)

Quanto às influências que a internet pode exercer sobre os usuários, a autora expressa uma reação irônica no trecho:

- A) "Toma uma birra!".
- B) "Bem-vindo ao meu site!".
- C) "A cerveja tá quente e a revista é de 1976".
- D) "Você é daqueles que só sabem meter o pau na internet, né?".

Questão 07

Telejornais, jornais, discursos políticos, tuítes – avessos a oferecer temas e escapes para as ansiedades e para os medos públicos – não falam de outra coisa hoje senão da “crise migratória” que dominará a Europa, prenunciando o colapso e o fim do estilo de vida que conhecemos, temos e amamos.

A crise tornou-se uma espécie de nome em código, politicamente correto, desta fase da eterna luta conduzida pelos formadores de opinião para conquistar e subjugar as mentes e os corações. As notícias provenientes do campo de batalha estão agora prestes a desencadear um verdadeiro ataque de “pânico moral” (na acepção comumente aceita da expressão, definida pela edição inglesa da *Wikipédia* como “o temor, generalizado entre muitíssimas pessoas, de que qualquer mal ameace o bem-estar da sociedade”).

(BAUMAN, Zygmunt. *Estrangeiros às portas*. Tradução de Moisés Sbardelotto. Rio De Janeiro: Zahar, 2017.)

Com base no texto, analise as afirmativas a seguir.

- I. No trecho “[...] não falam de outra coisa hoje senão da ‘crise migratória’ que dominará a Europa, prenunciando o colapso e o fim do estilo de vida que conhecemos, temos e amamos.” (1º§), os termos destacados exercem a mesma função morfossintática.
- II. A palavra “migratória” é acentuada pelo mesmo motivo que em “comentário”.
- III. Na grafia da palavra “bem-estar”, o uso do hífen não obedece ao Novo Acordo Ortográfico.
- IV. Em “[...] na acepção comumente aceita da expressão [...]”, o termo “acepção” pode ser substituído, sem prejuízo de sentido, por “significação”.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I, II e III.
- B) I, II e IV.
- C) I, III e IV.
- D) II, III e IV.

Questão 08

Comprou a esposa numa liquidação, pendurada que estava, junto com outras, no grande cabide circular. Suas posses não lhe permitiam adquirir lançamentos novos, modelos sofisticados. Contentou-se pois com essa, fim de estoque, mas preço de ocasião.

Em casa, porém, longe da agitação da loja – homem escolhendo mulher, homem pagando mulher, homem metendo mulher em saco pardo e levando às vezes mais de uma para aproveitar o bom negócio – percebeu que o estado de sua compra deixava a desejar.

“É claro”, pensou reparando na sujeira dos punhos, no amarrotado da pele, nos tufos de cabelo que mal escondiam rasgões do couro cabeludo, “eles não iam liquidar coisa nova”.

Conformado, deitou-a na cama pensando que ainda serviria para algum uso. E, abrindo-lhe as pernas, despejou lá dentro, uma por uma, brancas bolinhas de naftalina.

(COLASANTI, Marina. *Por preço de ocasião*. In: _____. *Contos de amor rasgados*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986. p. 13.)

No miniconto anterior, a mulher remete à metáfora de que a esposa é uma mercadoria, o que se comprova por

- A) apagamento de qualquer representação positiva, quando é deitada na cama e suas pernas são abertas.
- B) generalização da figura feminina, uma vez que a mulher estava pendurada “junto com outras”.
- C) caracterização depreciativa, como em “sujeira dos punhos”, “amarrotado da pele”, “tufo de cabelo” e “rasgões do couro cabeludo”.
- D) escolha de palavras do mesmo campo semântico, tais como liquidação, pendurada em cabide, lançamentos, modelos, estoque, preço, loja e compra.

Questão 09



(SEJUSP. Em Minas, Semana do Trânsito será de atividades de conscientização on-line e reforço na fiscalização. Disponível em: <http://www.seguranca.mg.gov.br/component/gmg/story/3881-em-minas-semana-do-transito-sera-de-atividades-de-conscientizacao-online-e-reforco-na-fiscalizacao>. Acesso em: 08/04/2023.)

A campanha publicitária trata dos cuidados necessários no trânsito. Nesta situação comunicativa se sobressai a função apelativa da linguagem, pois se constata que a campanha tem como função social

- A) coibir violações de direitos no trânsito.
- B) conscientizar a população sobre seus deveres no trânsito.
- C) divulgar políticas sociais que combatem a violência no trânsito.
- D) propagar a imagem positiva do Secretaria de Segurança Pública.

Questão 10

Descobriu-se na Oceania, mais precisamente na ilha de *Ossevaolep*, um povo primitivo, que anda de cabeça para baixo e tem vida organizada. É aparentemente um povo feliz, de cabeça muito sólida e mãos reforçadas. Vendo tudo ao contrário, não perde tempo, entretanto, em refutar a visão normal do mundo. E o que eles dizem com os pés dá a impressão de serem coisas aladas, cheias de sabedoria. Uma comissão de cientistas europeus e americanos estuda a linguagem desses homens e mulheres, não tendo chegado ainda a conclusões publicáveis. Alguns professores tentaram imitar esses nativos e foram recolhidos ao hospital da ilha. Os cabecences-para-baixo, como foram denominados à falta de melhor classificação, têm vida longa e desconhecem a gripe e a depressão.

(ANDRADE, Carlos Drummond de. *Prosa Seleta*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 2003. p. 150.)

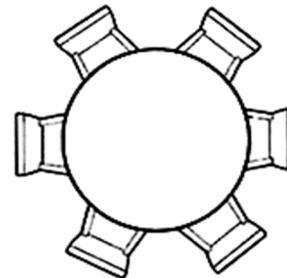
No texto, identifica-se o povo da ilha de *Ossevaolep* por um neologismo, cabecences-para-baixo, cuja escolha pressupõe a ideia de

- A) repressão social, que exclui esse povo.
- B) polêmica científica, que induz à sabedoria.
- C) sabedoria, que gera indignação entre os cientistas.
- D) liberdade, que permite ver o mundo de forma diferente.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Questão 11

Para realizar um levantamento de estatísticas do último mês em um Conselho Regional de Farmácia, foi realizada uma reunião envolvendo 6 profissionais. Sabe-se que 3 deles são farmacêuticos fiscais e os outros 3 são assistentes administrativos. Na sala de reuniões, há uma mesa redonda com 6 cadeiras conforme apresenta a figura a seguir:



De quantas maneiras os profissionais podem se sentar nessa mesa, de modo que tenha sempre um farmacêutico fiscal entre 2 assistentes administrativos e um assistente administrativo entre 2 farmacêuticos fiscais?

- A) 12.
- B) 18.
- C) 36.
- D) 72.

Questão 12

As amigas Rosa, Amanda e Valéria trabalham em uma mesma farmácia no centro da cidade e exercem, de forma distinta, as profissões de farmacêutica, auxiliar de serviços gerais e atendente, mas não necessariamente nessa ordem. Sabe-se que:

- A profissional mais nova dentre as três é a atendente;
- Rosa é a profissional mais velha dentre as três e não é a farmacêutica;
- Amanda é a profissional mais nova dentre as três.

Com base nessas informações, é correto afirmar que:

- A) Rosa é a atendente.
- B) Valéria é a farmacêutica.
- C) Valéria é mais nova que Amanda.
- D) Amanda é a auxiliar de serviços gerais.

Questão 13

Roberto, José e Vander são funcionários de um determinado Conselho Regional de Farmácia há 28, 30 e 54 meses, respectivamente. Com a atualização do sistema de cadastro de denúncias recebidas por telefone e e-mail, 1.324 denúncias precisam ser arquivadas. Considerando que o número de denúncias que cada funcionário irá arquivar é inversamente proporcional ao tempo de trabalho de cada um, em meses, é correto afirmar que:

- A) José arquivou 504 denúncias.
- B) Vander arquivou 290 denúncias.
- C) Vander arquivou 316 denúncias.
- D) Roberto arquivou 542 denúncias.

Questão 14

Suponha que a seguinte afirmação seja verdadeira:

“Nenhum farmacêutico não gosta de química”.

A estudante Mariana deduz as seguintes implicações sobre esta afirmação:

- I. Se Luciano é farmacêutico, então ele gosta de química.
- II. Se José gosta de química, então ele é farmacêutico.
- III. Se Fernando não é farmacêutico, então ele não gosta de química.
- IV. Se Pietro não gosta de química, então ele não é farmacêutico.

Considerando as implicações deduzidas por Mariana, está correto o que se afirma apenas em

- A) I e III.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) II e IV.

Questão 15

Para escolher os novos presidente e vice-presidente de um determinado Conselho Regional de Farmácia, foi conduzida uma eleição entre os farmacêuticos inscritos. Durante o processo eleitoral, se candidataram 5 chapas distintas e a eleição contou com 186 votos. Sabe-se que a chapa vencedora teve 42 votos e a chapa que ficou em último lugar teve 34 votos. Considerando que entre as chapas candidatas não houve empates, o número de votos computados pela chapa que ficou em terceiro lugar foi:

- A) 36 ou 37.
- B) 37 ou 38.
- C) Necessariamente 36.
- D) Necessariamente 37.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Questão 16

Rubens, servidor público civil da União, lotado em um órgão da Administração Pública situado no município de Belo Horizonte, por ordem de seu superior hierárquico, foi designado para prestar serviço, em caráter excepcional, na cidade de Ipatinga. No dia determinado para a realização do serviço, mais precisamente às 8h, Rubens se deslocou para Ipatinga e apenas no dia seguinte, também às 8h e após o término de suas atividades, é que ele retornou a Belo Horizonte. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) É devido a Rubens o pagamento de diária, cujo valor será concedido por hora de trabalho efetivamente executado.
- B) Se o deslocamento da sede do órgão constituir exigência permanente do cargo que Rubens ocupa, ele não fará jus às diárias.
- C) Rubens tem direito ao pagamento de diária destinada a custear as despesas extraordinárias, que teve ao viajar a trabalho para a cidade de Ipatinga.
- D) Se Rubens receber diária e não se afastar da sede do órgão em que presta serviços, por qualquer motivo, ficará obrigado a restituí-las integralmente, no prazo cinco dias.

Questão 17

Amanda, servidora pública civil da União, requereu à Administração Pública a concessão de licença pelo período de trinta dias para cuidar de seu pai que está doente. Para tanto, Amanda apresentou o requerimento instruído com documentos médicos que comprovavam o estado de saúde do genitor. Ao verificar a documentação, a Administração Pública entendeu pela procedência do pedido e concedeu à servidora licença por motivo de doença em pessoa da família, pelo prazo de trinta dias. No 25º dia do afastamento, Amanda prestou serviços de consultoria remunerada para duas empresas privadas. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, é correto afirmar que:

- A) A concessão da licença independe de exame por perícia médica oficial.
- B) No caso pretendido, Amanda poderá se afastar por até noventa dias, com remuneração.
- C) Durante o período de gozo da licença é vedado a Amanda o exercício de qualquer atividade remunerada.
- D) Para a concessão de licença por motivo de doença em pessoa da família, não é necessário comprovar que a assistência direta do servidor é indispensável.

Questão 18

Considere que Vanessa, brasileira naturalizada, resida atualmente em Portugal. Sabe-se que ela é casada e está grávida de José, irlandês, que presta serviços para o governo da Inglaterra. No último mês de gestação, Vanessa viaja com José para o Brasil, devido a uma missão oficial do marido pelo governo inglês. Já em solo brasileiro, Vanessa inicia os trabalhos de parto e dá à luz a Joana. Considerando o caso hipotético, é correto afirmar que:

- A) No futuro, Joana poderá se candidatar ao cargo de Presidente da República Federativa do Brasil.
- B) Joana só será considerada brasileira nata, se Vanessa a registrar em repartição pública competente.
- C) Joana não poderá ser considerada brasileira nata, pois, seu pai, José, estava no Brasil em missão oficial por governo de outro país.
- D) Não há hipótese constitucional que autorize Joana a ser considerada brasileira nata por critério sanguíneo, pois Vanessa é brasileira naturalizada.

Questão 19

O Prefeito do município X encaminhou à Câmara Municipal um projeto de lei que tem por objetivo a regulamentação dos serviços de aplicativo de transporte de passageiros que atuam na base territorial daquele ente federativo. Nos termos da Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

- A) O município X não tem competência para legislar sobre trânsito e transporte.
- B) A competência para legislar sobre trânsito e transporte é exclusiva da União.
- C) Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios legislar de forma comum sobre trânsito e transporte.
- D) O município detém competência concorrente com a União, Estados e Distrito Federal para legislar sobre trânsito e transporte.

Questão 20

Rômulo, servidor público federal, no exercício de sua função e em razão dela, exigiu de um particular o pagamento de vantagem indevida para a prática de ato de ofício. A notícia de tal conduta chegou ao conhecimento das autoridades públicas competentes e, assim, foi instaurado um processo para apurar e responsabilizar Rômulo por Improbidade Administrativa. Caso Rômulo seja condenado, ele poderá sofrer as seguintes sanções, EXCETO:

- A) Perda da função pública.
- B) Ressarcimento ao erário.
- C) Indisponibilidade dos bens.
- D) Cassação dos direitos políticos.

Questão 21

Um servidor do Conselho Regional de Farmácia CRF-MG deverá montar um processo de fiscalização seguindo as regras gerais da Lei nº 9.784/1999, que trata do Processo Administrativo Federal. Assinale a afirmativa que está de acordo com a referida norma.

- A) Na montagem do processo, o servidor deverá atuar os documentos, numerar e rubricar cada página, de modo a instruir os autos com os elementos indispensáveis à tomada de decisão.
- B) No encerramento da instrução, foi pedido ao servidor que já elaborasse a intimação do interessado. Por isso, na minuta, o servidor fez constar o prazo máximo de cinco dias para a apresentação de manifestações finais da parte.
- C) Considere que um dos documentos a ser juntado aos autos é uma declaração da pessoa jurídica fiscalizada. Neste caso, o servidor deve exigir do interessado que cumpra o requisito essencial de reconhecimento de firma no documento.
- D) Considere que tenha sido necessário juntar aos autos um parecer obrigatório e não vinculante, a ser emitido por um órgão consultivo. O parecer não foi juntado no prazo legal; logo, o processo não terá prosseguimento e deverá ser arquivado.

Questão 22

Considere que o Conselho Regional de Farmácia CRF-MG realizará um processo licitatório de compra de cadeiras para a reforma do auditório da entidade. De acordo com as normas da Lei nº 14.133 de 2021, assinale a afirmativa correta.

- A) Ao elaborar o termo de referência deverão ser observados os requisitos essenciais, tais como: definição do objeto; quantitativos; prazo de entrega; critérios de pagamento; e, previsão de verba orçamentária.
- B) A modalidade adequada para a contratação é a de concorrência, já que a atual legislação extinguiu as modalidades de convite e tomadas de preço, restando apenas a concorrência e o diálogo competitivo.
- C) Como se trata da reforma do auditório, é possível aditar o contrato administrativo em cinquenta por cento, assim, poderão ser adquiridas mais cadeiras para serem colocadas em outros setores e espaços do edifício.
- D) As cadeiras podem ser adquiridas por dispensa de licitação, se ficar comprovado que não há tempo hábil para realizar a disputa entre fornecedores, já que a inauguração do auditório deve ocorrer em menos de quinze dias.

Questão 23

Determinado servidor do Conselho Regional de Farmácia CRF-MG realizará atividades de protocolo e atendimento ao público. Observando as regras gerais do Processo Administrativo Federal e da Lei de Acesso à Informação, assinale a afirmativa que está de acordo com as referidas normas.

- A) Um cidadão pediu acesso às informações sobre os resultados dos programas, projetos e ações do CRF-MG, com dados sobre metas e indicadores. Ele deverá ter acesso aos dados solicitados, já que essas informações não são sigilosas.
- B) Um indivíduo pediu acesso a dados que se encontram disponíveis no sítio eletrônico do CRF-MG, alegando, porém, não ter acesso a computador. Os dados devem ser impressos, sendo vedado exigir o ressarcimento da despesa com reprografia.
- C) Uma associação pediu informações sobre dados públicos que, todavia, não são de acesso imediato, pois se encontram em arquivo remoto. Neste caso, o servidor deve marcar o prazo mínimo de noventa dias para o fornecimento da informação.
- D) Um advogado pediu acesso às prestações de contas do CRF-MG, inclusive com dados relativos aos exercícios anteriores, sem relatar os motivos determinantes da solicitação. Neste caso, o servidor deverá recusar o protocolo do pedido.

Questão 24

Anibal, servidor do Conselho Regional de Farmácia CRF-MG, recebeu a incumbência de emitir as passagens aéreas e a reserva de hotel, para que um dirigente da entidade participe de um evento do Conselho Federal de Farmácia, que ocorrerá no mês de junho de 2023. Anibal, percebendo uma falha no sistema, emitiu, também, passagens para si mesmo, com o objetivo de usá-las para um merecido descanso nas férias de meio de ano. Considerando o caso hipotético, nos termos da Lei nº 8.429/1992, assinale a afirmativa correta.

- A) No processo administrativo disciplinar, Anibal poderá ser afastado preventivamente de suas atividades, sem direito à remuneração, se comprovado o risco de praticar novos ilícitos ou atrapalhar as investigações.
- B) Se Anibal for descoberto em junho de 2023, antes de poder se utilizar das passagens aéreas, não haverá qualquer sanção por Improbidade Administrativa, já que os tipos de improbidade exigem a configuração do dano ao erário.
- C) Anibal será processado pela prática do ilícito, podendo sofrer a suspensão dos direitos políticos, a proibição de contratar com o poder público e ser condenado a dez meses de detenção pela prática do crime de Improbidade Administrativa.
- D) Anibal usou de suas facilidades em proveito pessoal e, por isso, considerando que agiu deliberadamente para a prática do ilícito, poderá ser condenado à perda do vínculo funcional e pagar multa civil na forma definida pelo poder Judiciário.

Questão 25

Considere que o Diretor de um setor de trabalho do Conselho Regional de Farmácia CRF-MG seja a autoridade competente para julgar um pedido de um interessado no processo de fiscalização. Quanto às hipóteses de impedimento e suspeição, nos termos da Lei do Processo Administrativo Federal, assinale a afirmativa correta.

- A) O Diretor deve ter a suspeição arguida se ficar provado, no processo administrativo de fiscalização, que o interessado é seu sobrinho legítimo.
- B) O Diretor estará impedido de se manifestar no processo se, em razão de um incidente de trânsito, estiver litigando na Justiça contra a esposa do interessado.
- C) Caso esteja em situação de suspeição, o Diretor terá que dar ciência do fato à autoridade superior e se abster de julgar o processo, sob pena de sofrer pena de demissão.
- D) Ocorre impedimento se um dos peritos que atuou no Processo Administrativo fiscalizatório for primo do Diretor, já que ficaria configurado o parentesco de primeiro grau.

CONHECIMENTOS DO CARGO

Questão 26

A farmácia Bonsucesso, localizada no município de XXX, contratou um único farmacêutico legalmente habilitado para responder pelo expediente do estabelecimento, no horário compreendido entre 8h às 14h, de segunda à sexta-feira. A referida farmácia funciona, de forma ordinária, todos os dias da semana, no período compreendido entre 8h às 22h. Em um determinado dia, profissionais do Conselho Regional de Farmácia, ao fiscalizarem o estabelecimento, o autuaram por descumprimento de normativa legal, que exige a presença de profissional legalmente habilitado durante todo o período de funcionamento de drogarias e farmácias. Sobre a conduta dos profissionais da autarquia, é correto afirmar que agiram

- A) incorretamente, pois a fiscalização de farmácias e drogarias é feita exclusivamente pelos órgãos de vigilância sanitária.
- B) corretamente, pois os Conselhos Regionais de Farmácia possuem atribuições para fiscalizar e autuar farmácias e drogarias quanto ao cumprimento de exigência de manter o profissional legalmente habilitado durante todo o período de funcionamento do estabelecimento.
- C) incorretamente, pois somente o Conselho Federal de Farmácia tem competência para fiscalizar e autuar farmácias e drogarias que estejam em desacordo com a exigência de manter profissional legalmente habilitado durante o período de funcionamento do estabelecimento.
- D) corretamente, ao fiscalizar a farmácia e incorretamente, ao autuá-la, pois somente o Conselho Federal de Farmácia tem competência para autuar farmácias e drogarias que estejam em desacordo com a exigência de manter o profissional legalmente habilitado durante o período de funcionamento do estabelecimento.

Questão 27

O estado de Minas Gerais adquiriu um imóvel situado na rua XXX, município de Belo Horizonte. O ente público aceitou referido imóvel em substituição a um débito de um particular, em consenso de vontades. Caso queira dispor futuramente deste imóvel, o estado de Minas Gerais deverá observar, dentre outros, os seguintes requisitos:

- A) Licitação, exclusivamente na modalidade leilão.
- B) Autorização legislativa, exceto para bens desafetados.
- C) Licitação, exclusivamente na modalidade concorrência.
- D) Avaliação prévia do bem e justificativa do interesse público na alienação do imóvel.

Questão 28

Em relação aos conselhos profissionais, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () As demandas que envolvam as autarquias corporativas são de competência da Justiça Federal.
- () As anuidades cobradas pelos conselhos profissionais possuem natureza de tributo.
- () Os conselhos de fiscalização profissional não possuem autorização para registrar os veículos de sua propriedade como oficiais.
- () Os conselhos profissionais não podem efetivar a contratação de pessoal sob o regime celetista e, por isso, se obrigam à realização de concurso público.

A sequência está correta em

- A) V, V, V, V.
- B) V, V, V, F.
- C) V, F, F, V.
- D) F, F, F, F.

Questão 29

O Prefeito do município XXX, ao editar determinado ato administrativo previsto em lei, por esquecimento, deixou de externar as razões que justificam a sua edição. A ausência de motivação, quando exigida por lei, torna viciado qual elemento do ato administrativo?

- A) Forma.
- B) Motivo.
- C) Finalidade.
- D) Competência.

Questão 30

Analise as afirmativas a seguir; marque V para as verdadeiras e F para as falsas.

- () A competência da União para emitir moeda será exercida, exclusivamente, pelo banco central.
- () O banco central poderá conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade.
- () É vedado ao banco central comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, ainda que com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.
- () As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no banco central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do poder público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.

A sequência está correta em

- A) V, F, F, V.
- B) F, V, V, F.
- C) F, V, F, V.
- D) F, F, V, V.

Questão 31

É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a, **EXCETO**:

- A) Direito civil.
- B) Nacionalidade.
- C) Direitos políticos.
- D) Partidos políticos.

Questão 32

Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar originariamente, **EXCETO**:

- A) O litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.
- B) Nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.
- C) Nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente.
- D) Nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais.

Questão 33

Um empresário era dono de uma loja situada na galeria em que comercializava produtos ortopédicos. O contrato de locação foi celebrado tendo a pessoa jurídica na condição de inquilina comercial, sendo que o empresário figurava na posição de devedor solidário. Após passar por crise financeira, a empresa ficou inadimplente com relação a quatro meses de aluguel da loja e, assim, teve que encerrar suas atividades, devolvendo o espaço para a administração da galeria. Em função da dívida não saldada, a administradora do espaço comercial ingressou com execução de título extrajudicial contra a pessoa jurídica e o empresário. Como não foi possível encontrar nenhum bem penhorável da empresa, a exequente pediu a penhora do imóvel onde ele residia. No caso, o bem de família

- A) é penhorável, em virtude do papel que exerce o devedor solidário no contrato de locação comercial.
- B) é penhorável, uma vez que a figura do devedor solidário é equiparável a do fiador em contrato de locação comercial.
- C) é impenhorável, visto ser inconstitucional a penhora de bem de família pertencente ao fiador e ao devedor solidário em contrato de locação comercial.
- D) é impenhorável, pois as hipóteses permissivas da penhora, em virtude do seu caráter excepcional, devem receber interpretação restritiva e não se estendem ao devedor solidário.

Questão 34

Após firmado contrato entre dois particulares, um terceiro sujeito não integrante da relação assumiu a posição do devedor no negócio jurídico ajustado. Nesse tipo de situação

- A) o consentimento do credor pode ser presumido, de modo que o seu silêncio é interpretado como aprovação.
- B) é dispensável o consentimento do credor embora necessária sua notificação a respeito da substituição do devedor.
- C) o devedor originário fica exonerado da obrigação mesmo se, ao tempo da assunção, fosse insolvente e o credor o ignorava.
- D) qualquer das partes pode assinar prazo ao credor para que consinta na assunção da dívida, interpretando-se o seu silêncio como recusa.

Questão 35

Após passados três anos do trânsito em julgado da sentença, a parte sucumbente compareceu aos autos, já baixados, requerendo a restituição do prazo de apelação. Ela demonstrou que, na intimação do prazo recursal, constava que ela teria oito dias para interpor o recurso, sendo que a previsão legal é de quinze dias. A despeito disso, ela manteve-se inerte naquele momento, sendo que somente passados os três anos do julgamento em definitivo, ela se manifestou no sentido de buscar o acolhimento da sua pretensão de reestabelecimento de prazo, pois a intimação a teria induzido em erro. Nesse caso, a restituição do prazo deve ser

- A) negada, pois ocorreu a perda de um poder processual pelo seu não exercício, em respeito a boa-fé.
- B) concedida, pois a inércia da parte se motivou, exclusivamente, por erro do Judiciário na indicação de prazo.
- C) negada, pois a parte deveria ter praticado o ato dentro do limite de dez dias, conforme anotado na intimação.
- D) concedida, já que o descumprimento do prazo foi um evento alheio à vontade da parte, tendo decorrido diretamente do erro cometido pelo Judiciário.

Questão 36

Designada audiência de conciliação, a parte autora não compareceu ao ato na data agendada, sem justificar o motivo de sua ausência. Na petição inicial, ela havia manifestado seu interesse na autocomposição, de modo que a sua ausência representou uma conduta embaraçosa ao exercício da jurisdição. Nessa situação houve

- A) fraude processual.
- B) litigância de má-fé.
- C) ato atentatório à dignidade da Justiça.
- D) inobservância ao dever geral de cautela.

Questão 37

Caio recebeu uma intimação judicial sobre a execução fiscal promovida pelo Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais, em face do atraso no pagamento das anuidades. A defesa do executado se escora em modalidades de extinção do crédito tributário. Considerando o exposto, assinale a afirmativa correta.

- A) O pedido de parcelamento fiscal, ainda que indeferido, interrompe o prazo prescricional, pois caracteriza confissão extrajudicial do débito.
- B) O prazo da prescrição suspende pela confissão e o parcelamento da dívida fiscal recomeça a fluir no dia que o devedor deixa de cumprir o acordo celebrado.
- C) A exceção de pré-executividade somente se afigura admissível em sede de execução fiscal em relação às matérias cognoscíveis de ofício, podendo haver dilação probatória.
- D) A prescrição se interrompe mesmo por ato acometido de erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto à matéria de fato, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

Questão 38

Sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, Lei de Execução Fiscal nº 6.830/1980, analise as afirmativas a seguir.

- I. A Dívida Ativa regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez, podendo ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do executado ou de terceiro, a quem aproveite.
- II. A competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro Juízo, inclusive o da falência, da concordata, da liquidação, da insolvência ou do inventário.
- III. Até a decisão de primeira instância, a Certidão de Dívida Ativa poderá ser emendada ou substituída, assegurada ao executado a devolução do prazo para embargos.
- IV. Para ser válida, a petição inicial precisa indicar o Juiz a quem é dirigida, fatos que dão origem à dívida, fundamentos jurídicos, o pedido e o requerimento para a citação.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I, II e III.
- B) I, II e IV.
- C) I, III e IV.
- D) II, III e IV.

Questão 39

Não havendo acordo na negociação direta entre trabalhadores ou sindicatos e empregadores, o poder Judiciário poderá intervir, desde que instaurado dissídio coletivo. Assinale a afirmativa correta sobre o dissídio coletivo.

- A) Sempre que o Tribunal estender a decisão, marcará a data em que a extensão entrará em vigor, bem como o prazo de vigência, o qual não poderá ser superior a cinco anos.
- B) Quando não houver federações ou confederações da categoria econômica ou profissional, poderá a representação ser instaurada pelo sindicato correspondente e, na falta desta, pelo Conselho respectivo, no âmbito de sua representação.

- C) Quando os empregadores deixarem de satisfazer o pagamento dos salários, na conformidade da decisão proferida em dissídio coletivo, poderão os empregados ou seus sindicatos, mediante de outorga de poderes de seus associados, requerer em juízo o seu cumprimento.
- D) Em caso de dissídio coletivo, que tenha por motivo novas condições de trabalho e no qual figure como parte apenas uma fração de empregados de uma empresa, poderá o Tribunal competente, na própria decisão, estender tais condições de trabalho, se julgar justo e conveniente aos demais empregados da empresa que forem da mesma profissão dos dissidentes.

Questão 40

Caio ajuizou ação trabalhista em desfavor da Drogaria onde trabalhou, requerendo o pagamento do adicional de insalubridade. Em sua petição alega que estava exposto a agentes biológicos pela aplicação de injeções, que ocorria de forma habitual. Considerando a Jurisprudência dominante no Tribunal Superior do Trabalho, Súmulas e Orientações Jurisprudenciais que tratam sobre o adicional de insalubridade aos farmacêuticos, assinale a afirmativa correta.

- A) O uso de equipamentos de proteção individual, como luvas, álcool, avental, descaracteriza a insalubridade da atividade exercida pelo trabalhador.
- B) A exposição do Reclamante a agentes biológicos pela aplicação de injeções que ocorre de forma habitual impõe o deferimento do adicional de insalubridade em grau médio.
- C) O pedido deve ser julgado improcedente, pois a exposição a agentes biológicos gera ao Reclamante o direito de pleitear o adicional de periculosidade por ser mais vantajoso.
- D) Não cabe o pedido de insalubridade, posto que a Drogaria, no geral, não explora atividade de atendimento e assistência à saúde, pois tem como principal atividade econômica o comércio varejista de produtos farmacêuticos e de higiene pessoal.

ATENÇÃO

 **NÃO É PERMITIDA** a anotação das respostas da prova em NENHUM MEIO. O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.





INSTRUÇÕES

O uso de máscara durante a realização da prova é facultativo. O álcool em gel se encontra disponível para o uso dos candidatos.

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares e etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O caderno de provas consta de 40 (quarenta) questões de múltipla escolha para os cargos. Será aplicada prova discursiva apenas para o cargo de Farmacêutico Fiscal.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) para o cargo de Farmacêutico Fiscal estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto, ou ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.
6. A prova terá duração de 3 (três) horas para todos os cargos, exceto para o cargo de Farmacêutico Fiscal, que terá 4 (quatro) horas. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) para o cargo de Farmacêutico Fiscal.
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) para o cargo de Farmacêutico Fiscal devidamente assinados em local indicado.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em nenhum outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar o seu caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum destes candidatos insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.

- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.

- A interposição de recursos poderá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato ao fornecer dados referentes à sua inscrição, apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.